

Governo e FMI abrem nova fase de negociações para definir programa

BRASÍLIA — Começa hoje a primeira rodada de negociações técnicas entre o Governo e a missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) que chegou a Brasília, comandada pelo Chefe do Departamento do Hemisfério Sul, Eduard Wiesner.

Estas negociações inauguram uma nova fase com o FMI e resultarão num programa de ajuste da economia para durar de 12 a 18 meses e que renderá ao País empréstimos do Fundo de US\$ 1,2 bilhão a US\$ 1,6 bilhão.

Para se sentar à mesa com o Fundo Monetário, o Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, designou uma comissão de 15 técnicos, chefeados pelo Secretário Geral do Ministério, Sebastião Marcos Vital. Hoje e amanhã eles debaterão com a missão do FMI os conceitos de déficit público e outros critérios utilizados pelo Fundo para avaliar o comportamento da economia. Só depois disso começarão a definir metas de política econômica.

A comissão, mais que um grupo especializado de negociação e discussão de aspectos técnicos, constitui uma frente de defesa destinada a convencer o FMI de que o Brasil tem uma política econômica extremamente complexa, cuja administração requer conceitos mais flexíveis

do que as tradicionais fórmulas da cartilha do Fundo.

O ponto mais crítico, no que diz respeito a divergências sobre conceitos, recai na definição de déficit público. O Governo quer trabalhar com a noção de déficit de caixa, que consolida os déficits dos orçamentos fiscal e monetário. Esse termo, porém, é ignorado pela rigorosa cartilha do FMI.

A importância do acordo com o Fundo Monetário é que, através dele, o Brasil obterá US\$ 1,2 bilhão ou US\$ 1,6 bilhão em empréstimos do próprio FMI e, além disso, obterá o sinal verde para refinanciar, junto aos bancos credores, a dívida externa que vence neste ano até 1991, de aproximadamente US\$ 45,3 bilhões.

Não há, a rigor, grandes inovações nas relações entre a Nova República e o Fundo Monetário Internacional. A principal diferença, em relação às negociações realizadas pelo Governo anterior, diz respeito à recusa, até onde for possível, de submeter-se a metas de política econômica que considere inesquecíveis. Isso significa, por exemplo, não acatar uma previsão de inflação muito baixa para este ano, considerando-se que, com grandes dificuldades, o Governo conseguirá, no máximo, reduzir a taxa para um nível pouco inferior a 200 por cento, em 85.

Além disso, há, pela primeira vez, a disposição do Poder Executivo de ouvir o Congresso Nacional antes de fechar qualquer acordo com o FMI. Na prática, os parlamentares não irão participar das exaustivas negociações com os economistas do Fundo, mas poderão opinar sobre eventuais impasses, como, por exemplo, a conveniência de se eliminar o subsídio concedido aos consumidores de trigo.

Os técnicos brasileiros sabem, de antemão, que enfrentarão uma parada dura. Representante-mor da comunidade financeira internacional, o FMI quer reduzir ao mínimo o risco dos bancos estrangeiros que emprestam dinheiro ao Brasil, e para isso exigirá o máximo da Nova República em termos de ajuste econômico e, particularmente, de redução do déficit público.

O exemplo argentino, em que a democratização trouxe junto uma taxa de inflação superior a 500 por cento ao ano, leva o Fundo Monetário a querer vigiar com rédeas curtas a política econômica brasileira. Até o dia 15 de junho, esperam os técnicos do Governo, estará delineado um acordo com o FMI. Mas isso não é tudo. A minuta desse acordo terá que ser examinada cuidadosamente pelos diretores do Fundo e a palavra final não virá antes do fim de agosto.